

PROJETO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

O Despacho 19 810/2003 da Ministra de Estado e das Finanças Manuela Ferreira Leite, prevê a criação de um projeto com o objetivo de conceber, desenvolver e implementar um sistema de gestão de documentos eletrónicos do Ministério das Finanças, tendo como âmbito o fluxo eletrónico dos documentos objeto de decisão pelos Membros do Governo no Ministério das Finanças, nas suas interações com os principais organismos que superintendem.

Assim, considera-se que um Sistema de Gestão de Documentos Eletrónicos (SGDE) que abranja o universo do Ministério das Finanças e da Administração Pública, incluindo o Gabinete do Ministro, Secretarias de Estado e Direções Gerais, pressupõe a existência de uma Macro-estrutura Temática (Plano de Classificação Comum), por funções, que forneça um método uniforme de classificação e codificação no sistema em questão, levando a uma identificação única e permitindo a rastreabilidade dos documentos.

Pretende-se implementar um sistema da gestão de documentos eletrónicos, criando as condições de interoperabilidade semântica necessária à transferência segura dos documentos, através de uma classificação independente da estrutura orgânica do MFAP de forma a garantir a sua utilização no tempo, independentemente da ocorrência de eventuais reestruturações e/ou remodelações ministeriais. A base lógica de ordenação e pesquisa é o “assunto” do documento (pasta/processo) - conjunto de documentos que se referem ao mesmo trabalho.

Deste modo, será possível obter a participação do universo dos organismos objeto deste trabalho e, por aproximações sucessivas, obter uma Macro-estrutura temática e um conjunto de metadados representativos das atividades desenvolvidas.

Pretende-se iniciar a desmaterialização de circuitos documentais entre os vários organismos integrantes do sistema e com isto desencadear uma profunda mudança cultural no funcionamento interno do Ministério, com ganhos significativos em tempo, rigor, qualidade e integração na instrução e formulação da tomada de decisão.

A Secretaria-Geral do Ministério das Finanças está envolvida neste projeto desde o início, 2004, tendo adotado a seguinte linha de orientação: adaptação numa primeira fase do plano de classificação à Macro-estrutura uma vez que todos os organismos têm que “encaixar” nesse grande chapéu. Numa segunda fase procedeu, no setor de expediente, ao registo eletrónico de entradas e saídas. Assim, todos os documentos são digitalizados e distribuídos pelos diversos serviços da Secretaria-Geral. Deste modo coexistindo os dois sistemas, ou seja, o papel

acompanha o eletrónico. Numa fase posterior pretende-se determinar quais os processos que podem ser desmaterializados e aqueles que, pela sua natureza, têm que continuar a circular em papel. Procurando assim alargar este procedimento ao maior número possível de fluxos documentais internos.

Paralelamente a este projeto, a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças participa num outro, interministerial, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, juntamente com a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente do Território e do Desenvolvimento Regional, com a colaboração do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo. O projeto denominado PCM – Plataforma Comum de Modernização – com a componente de Interoperabilidade de Sistemas de Gestão Documental, desenvolveu-se a partir da Macro-estrutura Temática criada pelo Ministério das Finanças, adaptada a um universo mais alargado e refletindo apenas as funções meio dos organismos participantes.

Desta forma, a Secretaria-Geral caminha para um futuro com menos papel, menos burocracia, permitindo o acesso mais rápido aos documentos e assegurando a transição dos documentos para as outras fases de arquivo, intermédio e definitivo

Manuela Orvalho